

O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL NO ESPAÇO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE CAMURIM - MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA

NASCIMENTO, Cícero Vieira do¹
HERRERA, José Antônio²
OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa³

Recebido (Received): 18-05-2019 Aceito (Accepted): 05-07-2020

Como citar este artigo: NASCIMENTO, C. V. do; HERRERA, J. A.; OLIVEIRA NETO, A. da C. O esvaziamento populacional no espaço agrário na Amazônia Paraense: um estudo de caso na comunidade Camurim – município de Brasil Novo – PA. **Formação (Online)**, v. 27, n. 52, p. 325-351, 2020.

Resumo

Neste artigo tem-se o estudo de caso sobre a realidade nas escolas rurais no município de Brasil Novo – PA e a consequência do não funcionamento dessas na mobilidade agrária. Cada vez menor o número de alunos nas unidades escolares localizadas no espaço agrário do município, conseqüentemente tem-se a paralização ou fechamento das escolas. A falta de estudantes no espaço agrário brasilnovense está relacionada a mobilidade campo/cidade, devido à falta de incentivos ao pequeno agricultor para se manter com suas atividades rurais. A mobilidade, está relacionada com a implementação do grande empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no município de Vitória do Xingu, com efeitos registrados em toda área no seu entorno. Neste texto, apresenta-se dados, informações e se discute a realidade supracitada a partir da pesquisa feita em uma comunidade específica, denominada Camurim, localizada na vicinal 10 KM 30, na Rodovia Transamazônica, na qual se encontra a escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Luzia. Nessa, nos últimos anos, teve o número de alunos reduzido significativamente. Metodologicamente adotou-se a análise documental; interpretação de dados estatísticos oficiais de âmbito municipal e nacional, bem como o estudo da história (abordagem espaço-temporal) da comunidade, realizando entrevistas com representantes da comunidade do Camurim. Com os resultados foi possível ratificar a hipótese da diminuição do número de estudantes na zona rural de Brasil Novo, fenômeno que vem ocorrendo desde a última década (2010) como consequência da redução da população no espaço agrário do município ocasionando o fechamento de unidades escolares em várias comunidades.

Palavras-chave: Migração Agrária. Escolas Rurais. Comunidade do Camurim. Brasil Novo.

POPULATION DECLINE IN THE AGRARIAN AREA IN THE AMAZON OF PARÁ: A CASE STUDY IN THE CAMURIM COMMUNITY IN BRASIL NOVO – PA.

Abstract

This article contains a case study on the reality of rural schools in Brasil Novo - PA and the consequence of their non-operation on agricultural mobility. Fewer and fewer students in these school units within the agrarian area of the municipality, as a result, schools are being stopped or closed. Lack of students in the brasilnovense agrarian space relates to field / city mobility, in the absence of incentives for small-scale farmers to keep up with their rural activities. Mobility is linked to the implementation of Belo Monte Hydroelectric Power Plant's major undertaking in the municipality of Vitória do Xingu, with registered effects in all areas around it. This text presents data, information and discusses the above-mentioned reality from research done in a specific community called Camurim, located at 10 KM 30, on the Transamazonian Highway, in which the Santa Luzia Municipal Elementary

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus de Belém - PA. E-mail: cicero8128asus@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-6871-530X>

² Professor Doutor membro do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus de Belém - PA. E-mail: herrera@ufpa.br; <http://orcid.org/0000-0001-8249-5024>

³ Professor Doutor membro do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus de Belém - PA. e-mail: adolfo.oliveira.neto@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0003-0420-6295>

School is located. In this school, over the last few years, numbers of pupils have been significantly reduced. Methodological document analysis has been adopted; interpretation of official statistical data at municipal and national level, and the study of history (time-space approach) of the community, by interviewing representatives of the Camurim community. With the results, it has been possible to ratify the hypothesis of a decrease in the number of students in rural areas of Brasil Novo, a phenomenon that has taken place since the last decade (2010) as consequence of population reduction in the agricultural area of the town leading to school closure in several communities.

Keywords: Agrarian Migration. Rural Schools. Community of Camurim. Brasil Novo.

LA POBLACIÓN VACIANDO EN EL ESPACIO AGRARIO EN LA AMAZONÍA PARAENSE: UN ESTUDIO DE CASO EN LA COMUNIDAD CAMURIM - MUNICIPIO DE BRASIL NOVO - PA

Resumen

Este artículo posee el estudio de caso sobre la realidad en las escuelas rurales en el municipio de Brasil Novo - PA y la consecuencia del no funcionamiento de éstas en la movilidad agraria. Cada vez menor el número de alumnos en las unidades escolares ubicadas en el espacio agrario del municipio, consecuentemente se tiene la paralización o cierre de las escuelas. La falta de estudiantes en el espacio agrario Brasil novense está relacionada a la movilidad campo / ciudad, debido a la falta de incentivos al pequeño agricultor para mantenerse con sus actividades rurales. La movilidad, está relacionada con la implementación del gran emprendimiento de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte en el municipio de Vitória do Xingu, con efectos registrados en toda área en su entorno. En este texto, se presentan datos, informaciones y se discute la realidad arriba mencionada a partir de la investigación hecha en una comunidad específica, denominada Camurim, ubicada en la vecinal 10 KM 30, en la Ruta Transamazónica, en la que se encuentra la escuela Municipal de Enseñanza Fundamental Santa Luzia. En esta, en los últimos años, el número de alumnos se ha reducido significativamente. Metodológicamente adoptó el análisis documental; la interpretación de datos estadísticos oficiales de ámbito municipal y nacional, así como el estudio de la historia (abordaje espacio-temporal) de la comunidad, realizando entrevistas con representantes de la comunidad del Camurim. Con los resultados fue posible ratificar la hipótesis de la disminución del número de estudiantes en la zona rural de Brasil Novo, fenómeno que viene ocurriendo desde la última década (2010) como consecuencia de la reducción de la población en el espacio agrario del municipio dando lugar al cierre de unidades escolares en varias comunidades.

Palabras clave: Migración Agraria. Escuelas Rurales. Camurim Comunidad. Brasil Novo.

1 Introdução

Neste artigo apresenta-se uma reflexão sobre a mobilidade social do espaço agrário (do campo para cidade), em função da ausência de subsídios aos pequenos e médios agricultores e devido a implantação de grandes empreendimentos no território Amazônico, de modo em que se destaca a diminuição de alunos nos espaços agrários, corroborando cada vez mais para paralização de escolas em comunidades agrárias e consequentemente o aumento do número populacional no espaço urbano das pequenas e médias cidades do interior amazônico (êxodo rural).

Para balizar, teoricamente, a discussão colocada como central neste artigo foi necessário estabelecer o diálogo com os teóricos de relevantes contribuições para ciências geográficas como todo, como foi o caso do diálogo feito com Santos (2008), quem faz a proposição acerca da apropriação do espaço. Partindo da teorização feita por esse autor é possível conceituar o

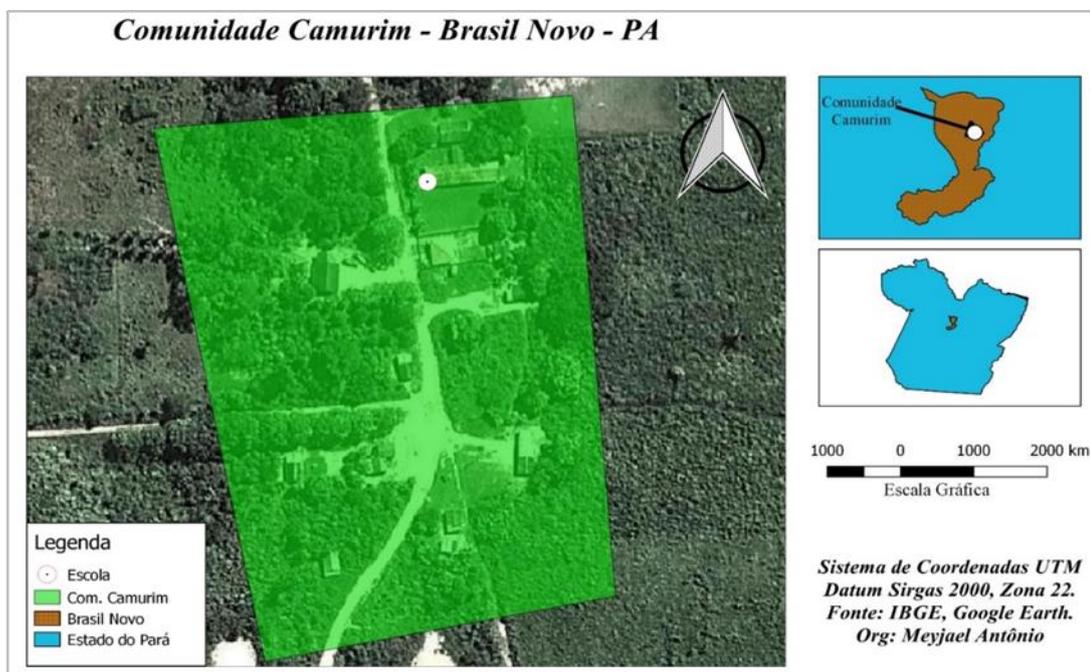
espaço geográfico como um fator de evolução social, como produto da história humana, sendo desta forma um espaço social.

Pautando em particular a geografia agrária, um diálogo considerado importante foi feito com Oliveira (2007) no que diz respeito a sua compreensão acerca da transformação no espaço agrário, ao afirmar que o modo capitalista de produção no campo é uma decorrência principalmente da “força de trabalho familiar”, o que provoca a pensar sobre a mobilidade forçada de pequenos agricultores do campo para cidade em função das transformações ocasionadas pela penetração capitalista no espaço agrário, com consequências diretas no fechamento cada vez maior de escolas em comunidades agrárias, e ainda, como esse processo tende a influenciar a reprodução do espaço urbano, condicionado pela expansão da cidade para suas periferias seguido do processo de segregação social.

O debate no Brasil, historicamente, sobre o espaço agrário se faz basicamente pela demanda gerada pela produção agropecuária e seus principais rebatimentos, como dependência internacional e conflitos sociais no campo. No entanto, as transformações geradas no espaço agrário, sobremaneira desde o início do século XXI, em consequência da intensificação da exploração capitalista no campo, tem provocado o debate, mesmo que incipiente, sobre as consequências dessa dominação do espaço agrário pela lógica de reprodução capitalista nas escolas das comunidades agrárias.

Na Amazônia e em particular no município de Brasil Novo, microrregião de Altamira, o contexto problematizado não é diferente, pois constatou-se nos últimos anos a paralização e/ou fechamento de escolas devido a mobilidade social no sentido campo/cidade. Empenhado em contribuir para uma interpretação qualificada acerca do processo em curso, definiu-se como objeto central das discussões a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Luzia, localizada na comunidade Camurim (Figura 1).

Figura 1: Área central da Comunidade Camurim



Organização: Meyjael Antônio, 2018.

A comunidade do Camurim fica no início do Assentamento do Penetecaua. A EMEF Santa Luzia é uma das escolas rurais mais antigas do município de Brasil Novo-PA e atende os alunos do 1º ao 9º ano. Os alunos são todos filhos de pequenos agricultores que residem na comunidade do Camurim e no assentamento do Penetecaua. Boa parte dos alunos necessita de transporte escolar para se locomover no percurso de moradia até a unidade de ensino.

2 Procedimentos metodológicos

A proposta metodológica apresentada para este trabalho de pesquisa foi o estudo de caso. Segundo Yin (2001), trata-se não apenas de uma ferramenta exploratória, que também pode ter grandes resultados descritivos, embora o mesmo relate que para alguns pesquisadores este procedimento seja indesejável, mas “cada pesquisador deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa” (YIN, 2001, p. 29). Desta forma cabe ao pesquisador ao escolher o método, explorar todas as possibilidades que tal procedimento fornece para chegar a um resultado verdadeiro, sem confundir o estudo de caso com o ensino de caso. Para o autor, neste segundo o estudo pode ser alterado, mas na pesquisa essas formas são proibidas, evitando assim ao erro do pesquisador (YIN, 2001, p. 29).

Da mesma forma Gil (2002), afirma que esta é uma modalidade mais aprofundada, permitindo assim um amplo e detalhado conhecimento do objeto e que em outros delineamentos de pesquisas é praticamente impossível. O autor ainda coloca o estudo de caso como um mecanismo de pesquisa científica gerador de hipóteses e não de conclusões, o que permitirá que os objetos sejam futuramente reanalisados e chegar a resultados iguais ou diferenciados. Desta forma, seguimos a estrutura indicada pelo autor: iniciando com a delimitação do caso; em seguida a coleta de dados; triagem, apreciação e interpretação dos dados e, por fim, a elaboração do relatório final (GIL, 2002).

Nessa proposta, o caso estudado foi a escola EMEF Santa Luzia, situada na comunidade do Camurim, Brasil Novo - PA, por ter sofrido significativa redução de alunos nos últimos anos. Os atores sociais envolvidos nesse caso são os alunos e os moradores da comunidade do Camurim. Com esses atores foram feitas entrevistas, coleta de narrativas, objetivando compreender os motivos para a redução dos alunos nessa comunidade.

A análise documental foi realizada selecionando os documentos impressos como relatórios educacionais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Brasil Novo – PA; resultados oficiais no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); e resultados obtidos na Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo – PA.

Sobre a análise documental, Cellard (2008) relata que o ser humano seria incapaz de memorizar todos os acontecimentos no tempo e, por isso, os documentos escritos constituem importantes fontes para todo pesquisador, sendo insubstituível em quaisquer fatos do passado. O referido autor afirma que “a análise documental permite algumas vantagens significativas, pois trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença e intervenção do pesquisador” (CELLARD, 2008, p. 295).

Entende-se a análise documental como metodologia fundamental para compreensão do objeto estudado, embora, como o próprio autor alerta, “o pesquisador que trabalha com documento deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material” (CELLARD, 2008, p. 296). Compreende-se desta forma, que além das análises em documentos, sejam eles impressos em livros, revistas, jornais, etc., ou estejam disponibilizados em meios eletrônicos virtuais, como os sites de órgãos governamentais, como é o caso do IBGE e INEP, são necessários outros mecanismos para comprovação ou negação dos fatos, através da investigação *in lócus*.

Outra abordagem utilizada como procedimento foi a história oral, como técnica de investigação esclarecedora (checagem) das informações sistematizadas com a pesquisa. Essa escolha da técnica se fez por compreender que este é um instrumento de esclarecimento das situações de conflitos, contradições, e por possibilitar apreender sobre o objeto de estudo, neste caso trata-se da redução de alunos na área rural, assunto central definido.

Para Delgado (2003) a história oral acontece através do olhar do homem “no tempo e através do tempo” e constrói as representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcam sua própria história. Assim, a autora afirma:

Tempos diversos são identificados pelos elementos substantivos que os fizeram diferentes entre si. A busca do significado de um tempo tem na memória e na própria História suportes básicos. Reconhecer o substrato de um tempo é encontrar valores, culturas, modos de vida, representações, enfim um gama de elementos que, em sua pluralidade, constituem a vida das comunidades humanas (DELGADO, 2003, p. 13).

Diante das afirmativas da autora, entendemos que o espaço possui suas transformações no tempo e que a história social dá oportunidade de opiniões diversas, o que pode ser explicitado na entrevista a historicidade e experiência dos entrevistados ou participantes, contribuindo para compreensão do espaço/tempo. As entrevistas fornecem elementos importantes, informações e interpretações sobre a diminuição de alunos na Comunidade do Camurim.

Na comunidade do Camurim existem atualmente 35 famílias residentes na localidade, sendo entrevistados seis (06) moradores. A definição dos representantes para a entrevista foi feita mediante diálogo com o coordenador da escola. O formulário foi constituído de questões semiabertas que permitiram entender os elementos da história da comunidade, o processo de implantação da Escola Santa Luzia, identificar os primeiros moradores no local e os motivos que fizeram alguns residentes se mudarem. As entrevistas orais não sofreram alterações ou correções ortográficas, conforme o que trata sobre a história oral segundo Yin (2001).

3 A apropriação do espaço

O espaço, cientificamente falando, é um tema que envolve algumas complexidades, uma vez que cada ciência na busca pela compreensão do seu objeto conceitua o espaço da forma que melhor se adapta ao seu campo de pesquisa. Cabe nesse artigo, discuti-lo a partir da visão geográfica, capaz de explicar ou pelo menos facilitar, os olhares para entendimento da sua construção. Santos (2008), ao relatar sobre a formação do espaço e as relações entre homem e meio, considera o espaço como um objeto homogêneo, mas que apresenta contrastes.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo a natureza era selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2008, p. 63).

Pode-se assim, conceitualizar o espaço a partir da transformação exercida pelos sujeitos. Por outro lado, o espaço por ser indissociável, relaciona-se nessa construção entre meio e a sociedade, que assim formam o espaço a partir dos objetos e ações. Os objetos surgem a partir da ação humana, e a ação torna-se cada vez mais modeladora do espaço a partir dos objetos enquanto técnica empregada pelo homem. São os objetos e as ações juntos que permite compreender a formação do espaço.

O espaço geográfico, nesse sentido pode ser compreendido como o meio em que as relações exercidas pelos componentes interagem como forma única, ao mesmo tempo que permite diferentes ações no espaço. É assim que Santos (2008) considera o espaço solidário, uma vez que é possível no mesmo ambiente diversas ações e diversos objetos formando, modelando, transformando ou melhor conceituando, criando e recriando o espaço.

Para Santos (2008), a evolução da apropriação do espaço, dá-se na ocupação do homem no meio “natural” até chegar nos tempos atuais, globalizado, que precocemente está se modificando e formando novos espaços.

A formação do espaço nesse sentido ocorre a partir da demanda social no processo da sua própria história, fazendo com que seja uma construção social. A apropriação do espaço pela ação humana dá-se pelo modo de produção, construindo um produto histórico: o espaço. Mais uma vez reafirma-se a indissociabilidade, segundo Santos (2008), do ponto de vista que é através da ação humana (do trabalho) que a sociedade vai produzindo e reproduzindo o espaço.

De acordo com Santos (2012, p. 39), “[...] em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”. É sobre esta ótica que se pode definir o ritmo na formação da sociedade, uma vez que o uso do espaço se faz pelas atividades desempenhadas pela humanidade decorrentes das ações produtivas, que por sua vez estão ligadas ao modo de produção capitalista. O espaço apropriado nesse sentido, nada mais é que o espaço social produzido, onde objetos e ações, como mecanismos da técnica estão subordinando um ao outro.

A apropriação do campo é a primeira relação entre a sociedade e a natureza. A partir do momento em que se passa a delimitar áreas para a sua subsistência com o cultivo de pequenas

culturas rurais, inicia-se assim a sua relação mais íntima com o meio. É nesse momento que o sujeito sente a necessidade de desenvolver suas técnicas, como forma de domínio da natureza. Nesse processo de apropriação e domínio o homem perpassa por ações tradicionais, chegando a desenvolver técnicas avançadas para determinados momentos, como a utilização do arado e enxada feitos de paus no período primitivo da história da humanidade, e mais tarde, no século XIX sendo aperfeiçoados com ferros fundidos, até chegar nos dias atuais com as famosas e sofisticadas máquinas de colheitas agrícolas.

Essas transformações são consideradas por Santos (2012, p. 19) como “A criação de um novo meio a partir daquele que já existia”. No campo o meio reconstruído a partir de um já existente, se intensifica a partir do século XV, onde os pilares capitalistas vão definindo uma nova forma de apropriação do espaço, visando o aumento da produção, do consumo e as novas formas de ordenamento do trabalho, chamado de divisão internacional do trabalho.

É no contexto capitalista que buscamos entender a apropriação do espaço agrário das últimas décadas, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Porém, cabe mais uma vez designar essa apropriação sob o debate de Santos (2012) ao relatar que:

Cada lugar [...] tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo [...] só a produção propriamente dita tem relação direta com o lugar e dele adquire uma parcela de condições de sua realização. O estudo de um sistema produtivo deve levar isso em conta, seja ele de domínio agrícola ou industrial (SANTOS, 2012, p. 13).

Diante do exposto defendido por Santos (2012), entende-se que as ações produtivas anteriormente construíram seu próprio espaço, sua própria história, sua própria sociedade. Essa construção se deu nas últimas décadas a partir das inovações de objetos e ações, realizando assim novas condições de apropriação do espaço. É esse processo produtivo atual, ou em outras palavras, o modo capitalista recorrente que vai definindo o uso do espaço, seja no campo ou na cidade. Deste modo, é possível identificar, com base no relato de um morador que as transformações sociais atuais, são influenciadas diretamente pelas inovações dos fatores externos.

Hoje as pessoas sai daqui por falta de recurso. Nós pequenos agricultores que ainda estamos aqui é porque não conseguimos outro lugar ainda. Quem teve sorte de aumentar suas terrinhas e fazer uma criação de gado é que ainda se sustenta aqui. Mas tem muita gente vendendo suas terras para comprar em outro lugar ou ir para a cidade. Os filhos da gente precisam estudar. A roça não traz muito futuro para eles não. O jeito é procurar outro meio de sobreviver. (Entrevista com morador Camurim, janeiro, 2018).

O relato do morador assemelha-se com as discussões de Santos (2012), onde demonstra que o espaço atual, seja ele urbano ou rural, sofre transformações de acordo com o momento

histórico que está vivenciando. A isso acrescenta-se o espaço transformado diante da necessidade de acompanhar o modo capitalista. Aquilo que antes era suficiente para o morador, agora já não supre suas necessidades. É preciso buscar novos meios de sobrevivência. Observa-se ainda, que as transformações no mundo atual influenciam o seu modo de vida no campo, sendo necessário buscar uma solução para acompanhá-las, ou seja, na maioria das vezes saindo de sua localidade e buscando refúgios na cidade.

4 Espaço Agrário contemporâneo

Entendendo que o espaço agrário brasileiro é heterogêneo, busca-se interpretar que as regiões brasileiras possuem suas desigualdades no modo de produção do capital, como parte transformadora do espaço. Ao mesmo tempo, segue a lógica capitalista (desigual e combinado) que percorre séculos, uma vez que essa é uma condição essencial para que exerça seu domínio de forma global, inclusive no espaço agrário. Desta forma, atores (grandes empreendimentos rurais e pequenos agricultores) e ações (agronegócio e agricultura familiar) se conflitam e se adaptam, se distanciam enquanto características e se aproximam enquanto domínio do maior sobre o menor. Porém, como afirma Herrera (2012), não necessariamente há uma expropriação direta sobre o pequeno agricultor, ao dizer que “as transformações no espaço agrário brasileiro geram desigualdades [...] nas condições sociais e econômicas diversas, não excluindo a participação das formas familiares de produção” (HERRERA, 2012, p. 43).

O espaço agrário atual cada vez mais está consubstanciado ao meio urbano. Da mesma forma, a relação do urbano com o espaço agrário torna-se quase que indispensável na atual conjuntura capitalista. Cabe nesse debate compreender o espaço agrário a partir da transformação no seu meio pela ação das técnicas de produção do espaço. Técnicas as quais estamos colocando como meio de transformações, são aquelas adotadas pelo capitalismo, como recurso para apropriação e transformação do espaço.

A ação capitalista no espaço agrário promove novos comportamentos sociais, como o êxodo rural em alguns lugares. A migração campo/cidade está diretamente relacionada com a apropriação e uso do espaço, ou ainda, com o não uso desse espaço, uma vez que alguns lugares podem ser considerados, segundo Santos (2013, p. 48) “áreas totalmente vazias (zonas opacas)” e estão sujeitas a sofrerem influências de “áreas de densidade (zonas luminosas)”. Em muitos casos essas influências trazem uma inversão de ocupação no meio rural, onde apesar de não ser totalmente desocupado e improdutivo (uma vez que a presença humana permanece nesse espaço), torna-se incapaz de atrair novas transformações.

Essas transformações capitalistas no espaço agrário têm sido influenciadas de forma menos favoráveis aos pequenos agricultores, que se sentindo sufocados pelos grandes empreendimentos ou pela falta de investimentos, acabam procurando alternativas fora da agricultura, outro modo de vida, sempre no meio urbano, o que nem sempre ou poucas vezes os favorecem. No caso do Brasil, um dos grandes fatores na transformação da economia no espaço agrário deu-se com a implementação do crédito rural, no qual estabeleceu a política modernizadora. De acordo Oliveira (2011), somente a partir da década de 1970 o espaço agrário brasileiro passou por um processo de modernização efetivo. No entanto, vale lembrar que essa modernização subordinou os pequenos produtores/agricultores familiares ao passo que favorecia os grandes empreendimentos rurais.

Neste sentido, destaca-se a afirmação de Oliveira (2007, p. 8) que:

Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo [...]. A etapa final do processo produtivo no campo [...] não é mais controlada pelo agricultor. Fracionou-se o processo produtivo em função da necessidade tecnológica da indústria.

Para o autor, as modernizações no campo causaram grandes influências na agricultura, que por sua vez muda seu quadro social e econômico. Concorde-se que o meio social rural tende a ser modificado com as inovações. O pequeno agricultor, o agricultor familiar e/ou camponês necessita se adaptar as transformações tecnológicas no campo. Porém, no caso do pequeno agricultor essa adaptação pode não acontecer, levando o mesmo a procurar um outro espaço através de sua migração para a cidade.

Em determinado período da história, com as revoluções industriais, a cidade tornou-se o centro das atenções dos grandes investimentos, devido à forte industrialização que cada vez mais atraía o capital e força de trabalho. No entanto, o espaço agrário continua sendo um grande setor de riquezas voltadas para o agronegócio, capaz de fazer um dos principais mecanismos para movimentação econômica de uma nação. Por outro lado, o pequeno agricultor e/ou a agricultura familiar tem uma forte influência na economia de uma região ou nação. Desta forma, Oliveira (2007) argumenta que a agricultura familiar ainda é o sustento de muitas nações, inclusive a brasileira.

Outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrar o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrer ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das family farms, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura

norte-americana também não tem seu suporte nas corporate farms e sim nas family farms. Esse mesmo fenômeno ocorre também na maioria dos países da Europa (OLIVEIRA, 2007, p. 8)

Desta forma compreende-se que o trabalho agrícola familiar ainda é um grande pilar como abastecimento de alimentos de um determinado povo. Mas essa produção dada pelo agricultor familiar segundo o autor, serve como abastecimento do próprio capital tornando-se também vítima desse meio capitalista.

Esse fortalecimento na agricultura pode trazer suas contradições, uma vez que no acelerado crescimento por parte dos agronegócios, influenciam nas políticas destinadas ao espaço agrário brasileiro. Neste sentido, Herrera (2012, p. 39) afirma:

Desse modo, considera que não se pode interpretar o espaço agrário brasileiro como único e homogêneo. A ação do capital ocorre devido às especificidades que se faz de modo desigual e combinado no agrário, gerando movimentos diversos, propagando uma vasta desigualdade social e produtiva pelo país.

5 A migração para a Amazônia e na Amazônia

Entender o processo migratório no Brasil, requer em primeiro momento delimitar o local onde esses fatores ocorrem e quais as razões ou acontecimentos influenciadores dessa ação. Desta forma, no Brasil o movimento migratório se dá com maior força em meados da década de 1970 em diante. Nesse sentido, Camarano e Abramovay (1998) em seus estudos ressaltam que no início da década de 1970 a população rural brasileira chegou ao seu máximo, mas a partir de então entra em declínio devido o fluxo migratório do campo para a cidade.

No caso da região amazônica é preciso compreender o processo de ocupação e intervenção do Estado. Somente entre 1966-1985 que o Estado planejou efetivamente a ocupação da Amazônia, com o objetivo de solucionar as “tensões sociais internas devido a expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura” (BECKER, 2001, p. 137).

Essa ocupação na Amazônia é um dos primeiros passos para entender o processo de intervenção estatal na região. O país passava por problemas agrários gerados por conflitos diante da necessidade do uso da terra pelo homem do campo, além do inchaço das cidades na região sudeste, justificado pela migração rural, visto que o país passava por um processo de “modernização industrial”.

O processo migratório que movimentou sulistas e nordestinos para a Amazônia foi de fato uma válvula de escape para o Estado, que se encontrava pressionado diante dos conflitos existentes. No entanto, o Estado tinha como principal objetivo fortalecer seu poder econômico.

É assim, através dos incentivos fiscais governamentais que os investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios, (KOHLHEPP, 2002).

Diante dos avanços das grandes empresas na Amazônia, como por exemplo, extração de recursos naturais e áreas de criação de gado, o pequeno agricultor deixou de ser importante (ou continuou sem importância) para o avanço econômico. É a partir dessas ações que acontece o processo de expropriação do pequeno agricultor, visto que todas as ações governamentais estão voltadas para atrair grandes empresas, seja à produção da agropecuária, quanto às grandes mineradoras e hidrelétricas. Nesse sentido, observa-se que os imigrantes nordestinos que ocuparam a Amazônia, através da integração espacial com a implantação de “rede rodoviária, com a implantação de grandes eixos transversais como Transamazônica [...]” (BECKER, 2001, p. 138), passam nas décadas posteriores a sentir falta de incentivos que garanta permanência da agricultura familiar como meio de sobrevivência e fortalecimento econômico do homem do campo.

A dinâmica de povoamento na Amazônia com a abertura da rodovia Transamazônica perpassa em pelo menos três décadas, contando a partir de 1970, sendo que no primeiro momento essa ocupação estava voltada para uma ocupação rural, embora com o surgimento de pequenos núcleos urbanos as margens da rodovia. Becker (2005, p. 72) diz que “essa mobilidade espacial, gerou uma forte migração e contínua expropriação de terra, gerando um processo de urbanização, onde a região teve o maior crescimento urbano nas últimas décadas”. Sendo assim, um dos fatores que levaram o pequeno agricultor a sair do campo na Amazônia, segundo a autora, foi a intervenção do Estado em financiar grandes empreendimentos para fortalecimento da economia da região-centro.

A modernização agrícola idealizada pelo governo brasileiro na década de 1970, chamou a atenção dos grandes agricultores das multinacionais também para a região Amazônica e assim, o pequeno agricultor foi de certa forma excluído ou esquecido. Nesse sentido, Wesz Junior et al (2006, p. 3) argumentam que “pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, posseiros, etc., se viram obrigados a migrar para as cidades, atingindo pessoas de todas as idades, já que famílias inteiras migraram”.

Para Wesz Junior (2006), os jovens do campo, nas últimas décadas, foram os que mais migraram para cidade. Isso justifica-se pelo fato que o jovem do campo atual tem mais contato com a cidade, pois percebe que nela aflora a moda, os costumes e os pensamentos coletivos da sua idade, no qual o acesso ao urbano torna-se cada vez mais atraente e fácil. Ao se deparar

com a realidade em que vive e a que ele percebe, há uma visão de que no campo não existe uma construção compensatória de sua cidadania, que lhes garanta condições básicas para suficiência econômica.

O fluxo migratório atual na Amazônia acontece no seu interior. Trata-se de uma migração campo/cidade ou em outras palavras, uma migração intra-regional, conforme explica Vale, Lima e Bonfim (2001, p. 23):

A população se desloca com frequência surpreendente, no entanto, o fenômeno migratório não acontece apenas de uma região para outra (migração inter-regional), mas também no interior de uma mesma região (migração intra-regional). Em linhas gerais, a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento.

Faz-se possível compreender que a mobilidade intra-regional acontece também no próprio espaço agrário. No entanto, diante da dinâmica contemporânea e dos avanços tecnológicos disponibilizados pelo capitalismo contemporâneo, torna-se mais comum perceber essa mobilidade no sentido rural/urbano. Por essa razão, Vale, Lima e Bonfim (2001) afirmam que “dependendo do interesse do capitalismo os migrantes são deixados ao inteiro abandono ou são, ao mesmo tempo, atraídos e induzidos a fornecer mão-de-obra necessária aos chamados projetos”.

No caso da região amazônica, as migrações internas aconteceram nas últimas décadas em decorrência dos grandes projetos desenvolvimentistas executados na região, mas que ao invés de gerar um desenvolvimento, promove um crescimento econômico parcial. E é justamente esse crescimento econômico que acaba atraindo uma boa parte de agricultores para a cidade, uma vez que tais investimentos desses grandes projetos são percebidos em áreas urbanas e não rurais. Desta forma, o capital acaba se beneficiando do espaço rural, atraindo uma mão-de-obra que muitas vezes não atende a necessidade capitalista, mas promove a concorrência do excedente da força de trabalho. Assim, o espaço urbano na Amazônia sofre as mesmas ações consolidadas em outras regiões nas décadas anteriores, pois “nesta região, ao lado da expulsão do homem da terra, há uma urbanização recente e precoce que repete todos os vícios das velhas metrópoles brasileiras” (VALE, LIMA e BONFIM, 2001, p. 25).

6 Um olhar sobre Brasil Novo a partir da análise documental

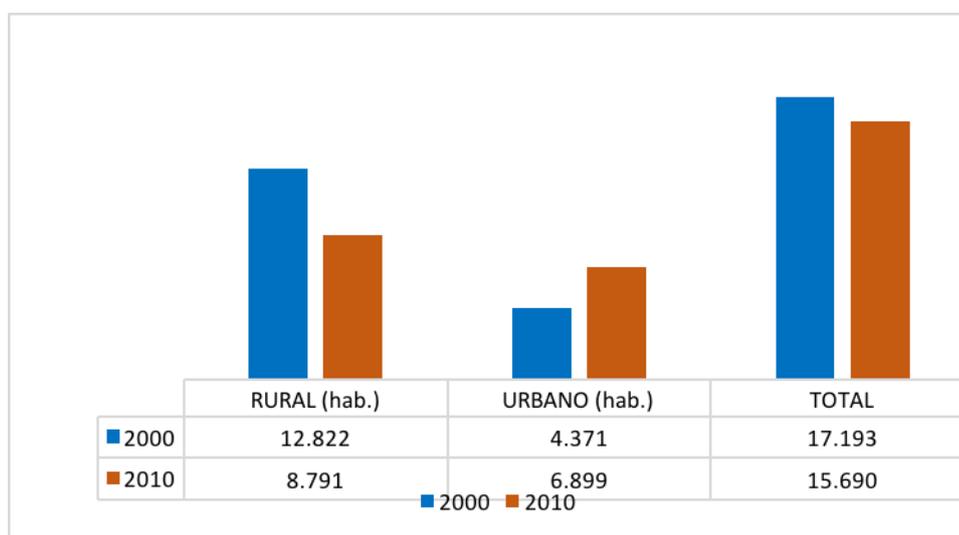
Os levantamentos documentais refletem sobre a realidade dos moradores do campo do município de Brasil Novo – PA. Essa realidade está submetida a um fluxo de pessoas em

direção a sede do município, ou migrando para outras localidades, como o município de Altamira.

A Comunidade do Camurim, está localizada entre a sede de Brasil Novo e Altamira. Os moradores da referida comunidade migram principalmente para cidade de Altamira, uma vez que o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte atraiu muitos moradores da região para próximo das áreas mais influenciadas pela construção da usina.

O Gráfico 1, apresenta os dados populacionais de Brasil Novo, segundo as duas últimas contagens decenais do IBGE (2000/2010).

Gráfico 1: Dados populacionais por áreas



Fonte: IBGE (2000, 2010). Organizado por: NASCIMENTO, HERRERA, OLIVEIRA NETO.

No Gráfico 1, faz-se a comparação com os dados populacionais rurais e urbanos no município de Brasil Novo. Observa-se que em dez anos houve um decréscimo da população rural deste município, que tem como principal atividade econômica a agropecuária. Os dados apresentados nos mostram que em dez anos a população rural de Brasil Novo teve um decréscimo de 31% (trinta e um por cento), com uma variante de 4.031 habitantes a menos no espaço rural.

Por outro lado, observa-se que no geral a população brasilnovense diminuiu na última década. De modo geral, a população deste município reduziu 9% (nove por cento), o que equivale a menos 1.503 habitantes nos últimos dez anos. Levando-se em consideração outros fatores contribuintes para a diminuição populacional, acredita-se que não há um atrativo no município que cative a população a permanecer residente ou atrair novos moradores.

Outro fator importante obtido a partir desses dados está relacionado com a sede municipal (área urbana). Observa-se que houve um acréscimo significativo de habitantes nessa área, embora a população do município tenha diminuído na última década. Desta forma, nota-se que a população urbana brasilonense, segundo os dados do IBGE, teve um aumento de 58% (cinquenta e oito por cento), o que equivale a 2.528 habitantes a mais que registrado no ano de 2000.

A visão populacional urbana em dez anos no município de Brasil Novo segue a dinâmica parecida com as demais análises para toda a região norte, uma vez que “a população urbana dessa região foi a que mais cresceu com 73,53% de habitantes a mais na última década” (BRASIL, 2011, p. 17).

[...] a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão-de-obra de outras áreas. Seja qual for o caso, há um deslocamento: primeiro do mercado de trabalho, e, em seguida, muitas vezes, um deslocamento geográfico, conduzindo os trabalhadores ou proprietários até então presentes a migrarem para outras áreas. Essa migração se dá como consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou investidor ou da incapacidade técnica de exercer novas funções (SANTOS, 2012, p. 63).

Em Brasil Novo observa-se que os pequenos agricultores sofreram com a chegada do grande empreendimento de Belo Monte, uma vez que não houve na região um incentivo para permanência do homem no campo, mas sim o estímulo de forma indireta para o deslocamento geográfico para o centro urbano, tanto de Brasil Novo, quanto para a cidade de Altamira. O que ocorre atualmente é justamente a incapacidade do pequeno agricultor se manter no campo, uma vez que grandes proprietários de terras, têm mais acesso as tecnologias, o que torna o pequeno agricultor incapaz de competir no mercado agropecuário local.

Na Tabela 1, apresenta-se os resultados da estimativa populacional segundo o IBGE para o município de Brasil Novo a partir de sua emancipação.

Tabela 1 – Estimativa populacional do município de Brasil Novo

Ano	Estimativa (hab.)
1992	16.985
1995	13.788
2001	17.930
2005	20.747
2015	14.984

Fonte: IBGE (1992-2015). Organizado por: NASCIMENTO, HERRERA, OLIVEIRA NETO.

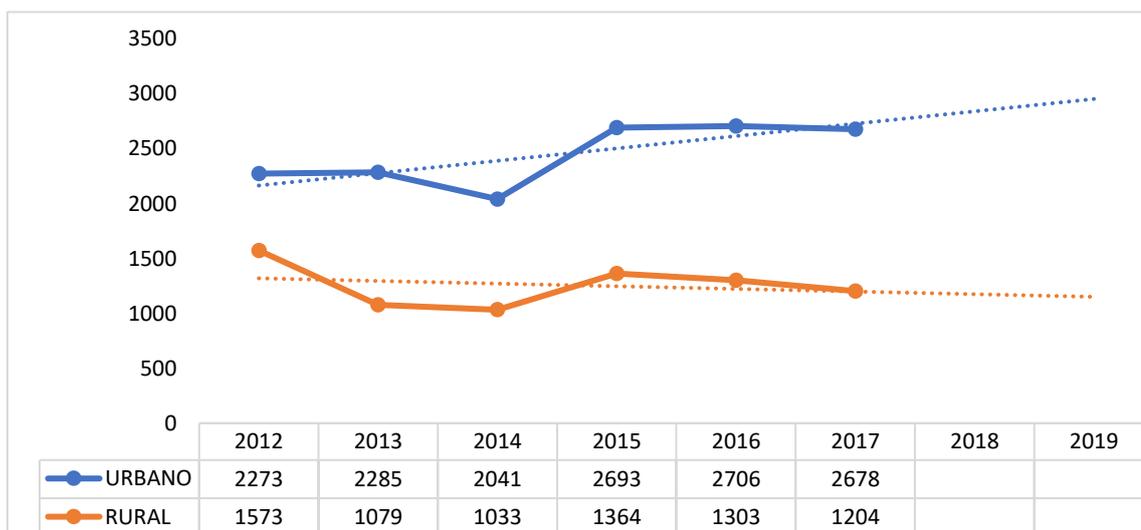
As estimativas feitas pelo IBGE para o município de Brasil Novo, apresentam resultados significativos de aumento e diminuição da população. No entanto, apenas em 2001 e 2005 observa-se que o município obteve uma estimativa positiva em relação ao aumento

populacional. Se compararmos com o Gráfico 1, nota-se que no ano de 2000 em relação a 1992 houve um aumento populacional. No entanto, comparando o ano de 2000 com 2010 há um decréscimo populacional, levando o IBGE a estimar uma diminuição populacional nos próximos anos. Tais estimativas são feitas com base nos componentes demográficos de fecundidade, mortalidade e migração e segue adotando o método de Madeira e Simões (1972). Desta forma, o IBGE tem como referência os resultados obtidos entre as últimas duas contagens. Se o resultado for positivo, a projeção também será positiva. Caso contrário, há uma projeção negativa.

Observa-se nas projeções atuais para o município de Brasil Novo – PA, tendo como base o censo de 2000 e 2010, o IBGE registrou que há uma diminuição populacional, perfazendo assim para os próximos anos uma estimativa negativa, na qual em 2015 a população estimada foi de 14.984 habitantes. Desta forma, identifica-se que essa diminuição populacional está relacionada com a migração dos munícipes brasilnovenses para outras localidades da região, sendo uma migração intra-regional, haja vista que na maioria dos casos dos migrantes amazônicos se deslocam dentro da mesma região.

Os dados educacionais rurais e urbanos são essenciais na interpretação do fluxo migratório no município. Os dados do Gráfico 2 trazem uma visão do quantitativo de alunos rurais e urbanos nos últimos anos.

Gráfico 2: Alunos por ano letivo



Fonte: INEP, 2012-2017. Org. NASCIMENTO, HERRERA, OLIVEIRA NETO.

Observa-se em primeiro momento que os alunos da área rural vêm reduzindo nos últimos anos, com um acréscimo no ano de 2015, mas voltando a diminuir de forma mais lenta nos dois próximos anos. Por outro lado, a área urbana teve aumento significativo de alunos no

ano de 2015. A partir de então, há uma estabilidade na área urbana com característica de acréscimo nos dois anos seguintes. No entanto, na área rural, o decréscimo de alunos permanece, com base no gráfico, porém de forma lenta.

Outro fator importante apresentado pelo Gráfico 2 é o número reduzido de alunos nas áreas urbana e rural no ano de 2014. Partindo dessa análise compreende-se que nesse ano ocorre uma diminuição populacional no município, uma vez que a redução de alunos, está relacionada a redução de moradores (famílias) na localidade.

Observa-se que no ano de 2015 o número de alunos urbanos e rurais de Brasil Novo tem um acréscimo em relação a 2014. Sabe-se também, que a partir de 2015 o empreendimento Belo Monte entrou na fase final da construção e passou a demitir uma boa parte de mão-de-obra. A causa desse efeito foi o retorno de moradores para as localidades de origens. No entanto, entende-se que uma outra parte não retorna, procurando outros lugares, na maioria dos casos, regiões com capitais atrativos.

Desta forma, identificou-se que na área urbana, há uma tendência de aumento de alunos nos próximos anos. O oposto ocorre na área rural, onde é possível verificar pela linha de tendência que o número de alunos nessa localidade continua diminuindo nos próximos anos.

Os resultados a seguir, no Gráfico 3, apresentam os dados dos últimos anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Luzia, na comunidade do Camurim.

Gráfico 3: Número de alunos da EMEF Santa Luzia



Fonte: Gestor Escolar – SEMED/PMBN, 2017. Organizado por: NASCIMENTO, HERRERA, OLIVEIRA NETO.

Os resultados apresentados no Gráfico 3 mostram que o número de alunos nessa localidade nos últimos nove anos vem sendo reduzidos significativamente. Considerando o ano

de 2009 em comparação ao ano de 2017, observa-se que houve uma queda no quantitativo de alunos de 65% (sessenta e cinco por cento).

O número de alunos concluintes em relação a diminuição de estudantes de um ano para outro, mostra que a cada ano, o número de matrículas reduz, visto que os não concluintes não efetivam a matrícula na referida escola, o que se caracteriza um deslocamento do aluno para outra localidade, ou desistência do estudo. A linha de tendência mostra que a redução de estudantes dos últimos anos, continua na mesma tendência.

O município de Brasil Novo possui 56 registros de unidades escolares, no site do INEP, sendo que deste total, até o final do ano de 2017, vinte unidades escolares constavam como paralisadas ou fechadas no censo escolar, todas elas em áreas rurais do município. Vale ressaltar que a quantidade de escolas paralisadas vem ocorrendo desde meados da década de 1990, conforme documentos estatísticos disponíveis na secretaria municipal de educação de Brasil Novo. Apesar da alteração no artigo 28, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pela Lei nº. 12.960, de 27 de março de 2014, que dispõe sobre as normas mais rígidas sobre fechamento de escolas do campo e quilombolas, o que se observa é que as unidades de ensino escolares continuam a fechar as portas, com a justificativa da falta de alunos na área rural.

Na vicinal 10, onde se encontra a comunidade do Camurim, no ano de 2011 a EMEF Getúlio Vargas foi fechada pela falta de alunos. Essa unidade escolar ficava aproximadamente 8 quilômetros da Rodovia Transamazônica. Em 2012, nessa mesma vicinal, a EMEF Santa Inês do Penetecaua também foi fechada. Até o ano de 2017, quatro unidades escolares funcionaram nessa vicinal, a saber: EMEF Olavo Bilac, EMEF Cabanagem, EMEF Santa Luzia e EMEF Vitória Régia do Penetecaua. Essa última está situada no Projeto de Assentamento Penetecaua. Porém, a mesma foi fechada antes do término do ano letivo de 2017, haja vista que boa parte dos alunos foram transferidos. Os seis alunos restantes na escola foram remanejados para a EMEF Santa Luzia, na comunidade Camurim. Desta forma a vicinal 10, a maior do município constará a partir de então com apenas três unidades escolares, sendo que a EMEF Santa Luzia, na comunidade do Camurim, apresenta números reduzidos significativos.

Ainda com base nos dados da SEMED, outra unidade escolar, EMEF Santa Juliana, localizada na vicinal 13 foi paralisada na segunda metade, haja vista que a referida unidade de ensino, ficou apenas com quatro alunos.

Nos últimos sete anos, o município de Brasil Novo, paralisou cinco unidades escolares (Figura 2). Essas escolas paralisadas tiveram seus alunos reduzidos não pela falta de oferta de ensino, mas sim pelo quantitativo de alunos, uma vez que ao ofertar o ensino fundamental do

1º ao 9º ano nessas localidades observou-se que boa parte de alunos na faixa-etária correspondente a essa etapa de ensino, solicitaram transferência para outras localidades.

Figura 2: Escolas Paralisadas em Brasil Novo: 2010-2017



Fonte: Google Earth; IBGE, 2010; INEP, 2017.

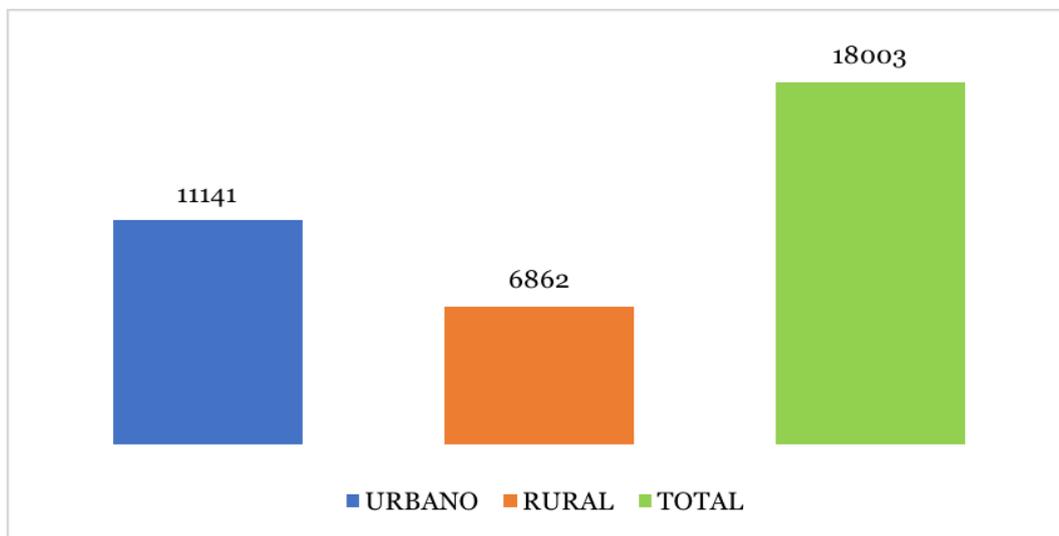
Nas duas últimas unidades escolares paralisadas (EMEF Vitória Régia e EMEF Santa Juliana) foram registradas 37 solicitações de transferências até agosto de 2017, conforme dados do gestor escolar.

Desta forma, no final de 2017, as pré-matrículas feitas para o ano letivo de 2018, não conseguiram chegar a um número considerado suficiente pela gestão educacional municipal, para que essas unidades escolares sejam ativadas. Os poucos alunos que ainda existem nessas localidades, são transportados para escolas mais próximas.

Outra informação relevante que nos possibilitou investigar o quantitativo populacional do município de Brasil Novo – PA, foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde do município. O levantamento realizado por agentes comunitários de saúde, com o objetivo de

comprovar ao IBGE que a contagem populacional feita pelo órgão federal, não apresentava a realidade do município (Gráfico 4).

Gráfico 4: Dado populacional de Brasil Novo



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2017. Organizado por: NASCIMENTO, HERRERA, OLIVEIRA NETO.

As informações obtidas no gráfico apresentam contradições e semelhanças em relação aos dados apresentados pelo IBGE no gráfico 1. Com base neste gráfico, a população total brasilnovense teve um acréscimo 15% (quinze por cento). A população rural teve um decréscimo de 22% (vinte e dois por cento) em sete anos. Já a população urbana teve um aumento de 61% se comparado com os resultados do gráfico 1. Por outro lado, nos dois gráficos foram apresentados um significativo aumento populacional urbano, o que remete acreditar que os municípios brasilnovense estão se deslocando do campo para cidade. No entanto, cabe lembrar que o levantamento feito pela secretaria municipal de saúde de Brasil Novo, tratou-se de uma tentativa por parte da gestão municipal de confrontar os resultados oficiais do IBGE. No entanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não aceitou rever a contagem populacional do município, rejeitando os dados apontados por esse levantamento.

Desta forma, observa-se com base nos dados obtidos nos documentos, que os números documentais do IBGE, INEP e Gestor Escolar, bem como documentos físicos disponíveis na SEMED de Brasil Novo-PA, apresentaram uma diminuição dos moradores do campo.

7 A Comunidade Camurim e relatos dos moradores

A comunidade Camurim está localizada a 42,100 km distante da sede do município de Brasil Novo – PA e 58,200 km distante da sede do município de Altamira/PA. O acesso a

comunidade se dá pela Rodovia Transamazônica, Km 30, vicinal 10. Embora o Camurim seja um nome dado a um peixe (conhecido como Robalo), a comunidade recebeu esse nome com outro significado. Nessa localidade existia muitas árvores chamadas Camurim, cujo fruto tem cheiro desagradável e serve de alimentos para animais de caça (ex. paca). Logo, por se encontrar muitas árvores do camurim no local, os moradores denominaram o nome da comunidade de Camurim.

Essa comunidade é formada por familiares de pequenos agricultores que sobrevivem na sua maioria da agricultura familiar, com pequenas plantações de milho, feijão e plantação de mandioca para produção de farinha. A EMEF Santa Luzia está localizada dentro da comunidade, atendendo alunos de locais vizinhos (Figura 2).

A EMEF Santa Luzia atende alunos do 1º ao 9º ano. Boa parte dos alunos são filhos de moradores da própria comunidade. No entanto, algumas crianças e adolescentes que moram no Projeto de Assentamento Penetecaua são transportados para essa escola, uma vez que as duas unidades escolares que ficavam dentro do assentamento (EMEF Santa Inês do Penetecaua e EMEF Vitória Régia do Penetecaua) foram paralisadas em 2012 e 2017, respectivamente.

O Projeto de Assentamento Penetecaua se inicia na comunidade Camurim. O assentamento foi criado em 10/11/1988, onde foram assentadas 252 famílias (INCRA, 2016). No entanto, a comunidade Camurim já existia antes da criação do PA Penetecaua, na qual a EMEF Santa Luzia atendia alunos do ensino fundamental dos ciclos I e II. Nas entrevistas realizadas com moradores da comunidade Camurim, foi relatado a existência de moradores a aproximadamente quatro décadas no local, ou seja, há 37 anos viviam pessoas nesta localidade. Isso mostra que tais pessoas viveram o período de colonização da região com a abertura da Rodovia Transamazônica, com a política do regime militar, de ocupação da Amazônia. Ao ser questionado sobre a história da comunidade Camurim e surgimento da EMEF Santa Luzia, um morador respondeu:

Há mais de trinta anos aqui nessa comunidade existia muitas famílias e cada família tinha muitos filhos e essas famílias frequentavam a comunidade Nossa Senhora dos Milagres onde hoje funciona a escola Cabanagem, então os meus filhos e filhos de outros colonos saíam para estudar em uma escolinha, anexo, foram tempo muito difícil, pois era muito distante e havia muito mato. Daí construímos uma escolinha comunitária e chamamos de Santa Luzia, que se formou depois na Igreja Santa Luzia, foi realização de um sonho para todas as famílias. Somente tempos depois, chamamos a comunidade de Camurim, por causa dos camurins que existiam aqui. Na comunidade era mais de 60 famílias. Hoje somos menos de trinta. (Entrevista com morador do Camurim, janeiro, 2018).

Observa-se no relato do morador que inicialmente, apesar da boa quantidade de crianças naquela comunidade Camurim, não existia escola. A EMEF Nossa Senhora dos Milagres,

localizada na área denominada Cabanagem, fica a uma distância de oito quilômetros, sendo que esta era percorrida pelos filhos dos colonos para estudar. O entrevistado esclarece que os moradores em sua maioria foram embora, por motivos que se assemelham com os apresentados em pesquisas documentais sobre a imigração rural em Brasil Novo. Esse mesmo morador ao ser questionado sobre o quantitativo de alunos na EMEF Santa Luzia argumentou que “nos últimos 10 anos o número de moradores diminuiu significativamente. A escola quando foi fundada tinha mais de 70 alunos da 1ª a 4ª série, hoje não tem 50 alunos do 1º ao 9º ano, mesmo com o crescimento do travessão em quilometragem”.

Entretanto, os entrevistados relataram que por serem pequenos agricultores e estarem numa área de assentamentos, não podiam fazer derrubadas, e viviam do cultivo de arroz e feijão, e por tais limitações tiveram que procurar lugares melhores para viver. Quando questionados sobre o motivo das pessoas saírem da localidade um morador relatou:

Conheço todos os moradores que foram embora daqui. Essas terras na sua maioria não são boas para produzir legumes, daí surgiu terras boas no Assurini que é terra boa, tudo que se planta dá, os produtores ficaram alucinados por essas descobertas. Os que estão morando lá não querem mais saber daqui não. Foram embora famílias completas. Outra parte dos moradores foram para cidade procurar emprego em Brasil Novo e Altamira. Além disso tem a falta de investimento do governo para a agricultura local. Quem permanece é porque ao longo dos anos conseguiu algum patrimônio maior. A tendência é sair mais gente. Está ficando somente as famílias que tem fazendas nesse travessão. Tem muita gente vendendo ou querendo vender suas propriedades para procurar melhorias em outros lugares. As terras aqui são fracas para pastagens e quem não tem condições financeira para mecanizar a terra estão querendo ir embora. (Entrevista com morador Camurim, janeiro, 2018).

Mais uma vez, percebe-se os principais motivos que levam os pequenos agricultores a saírem do meio rural. No entanto, cabe-nos atentarmos para uma realidade brasileira quando se fala do pequeno agricultor. Observa-se nos dois relatos, que os moradores do Projeto de Assentamento Penetecaua também estão saindo da localidade, o que afeta o número de alunos da EMEF Santa Luzia, uma vez que as duas escolas dentro do assentamento (EMEF Santa Inês do Penetecaua e Vitória Régia do Penetecaua) estão paralisadas devido o número reduzido de alunos.

Com as duas escolas no assentamento fechadas, os alunos filhos de moradores do Penetecaua foram remanejados para a EMEF Santa Luzia, mas ainda assim, conforme relato dos moradores, a escola conta com menos de 50 alunos, o que mostra uma evasão de moradores em toda área da comunidade Camurim e PA Penetecaua. Ficou claro nos relatos dos moradores que as condições de produção a qual foram submetidos, foram motivos importantes para a saída da comunidade do Camurim visto que na maioria são terras fracas e que tem a dificuldade de produção na localidade.

Observa-se que há uma certa expropriação dos pequenos agricultores, ao ser relatado que apenas as famílias que possuem fazendas estão conseguindo se manter na localidade. Tal afirmação pode identificar preliminarmente outro problema que precisaria ser aprofundado: a venda das terras do Assentamento, que são de propriedade da União. Os moradores do assentamento que estão saindo da localidade, assim como os da Camurim, vendem ou procuram vender suas terras.

Durante as entrevistas com os seis moradores, todos relataram sobre a falta de investimento na agricultura familiar e reclamam das condições para produzir. O incentivo no campo ainda é precário e o pequeno agricultor sente-se obrigado a migrar para outra localidade. Segundo os moradores, saíram famílias completas da localidade em busca de vida melhores, e informaram que as condições de vida na comunidade são precárias, visto que existe grande dificuldade com transporte, educação, saúde e outros recursos que os façam manter na roça.

Importante ressaltar que o sistema educacional na comunidade é apenas o ensino fundamental, sendo necessário após o término dessa etapa, o aluno ser matriculado na EMEF Cabanagem, aproximadamente 10 quilômetros, para cursar o ensino médio através do sistema de ensino Modular. Quanto a saúde na comunidade, existe um posto de saúde de responsabilidade da gestão municipal que faz atendimento uma vez por mês.

Em relação ao transporte, os moradores informaram que para ter acesso ao centro urbano para fazerem compras, aqueles que não possuíam veículo automotor, utilizavam o “carro de linha” (caminhão do tipo pau-de-arara) que faz o trajeto para Altamira uma vez por semana. Além disso, argumentaram também que a estrada é sempre ruim e no período chuvoso fica intratável em alguns trechos.

De acordo com a pesquisa realizada com os moradores na comunidade do Camurim, foi possível fazer um levantamento da mobilidade dos moradores (Quadro 1).

Quadro 1 - Quadro situacional da mobilidade no Camurim

Questionamentos	Resultados
Motivo da saída da comunidade	Terras fracas, falta de incentivo ao homem do campo, saúde precária, acesso difícil, educação limitada, busca de melhorias em outras localidades
Quem sai da comunidade	Famílias completas.
Para onde emigra	Assurini, centro de Altamira, centro de Brasil Novo, travessão do Surubim (Anapu).
O que fazem com suas propriedades	Vendem para fazendeiros.
Previsão para comunidade	Redução de moradores

Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Organizado por: NASCIMENTO, HERRERA, OLIVEIRA NETO.

Desta forma, observa-se que a questão da mobilidade agrária no município de Brasil Novo tem relação direta com os demais fatores influenciadores no Brasil, uma vez que um dos principais problemas relatados pelos moradores está condicionado a falta de apoio governamental para o homem do campo. Alves, Souza e Marra (2011) assumem que o êxodo rural na região norte traz uma semelhança com os acontecimentos que motivam a migração dos moradores da comunidade Camurim.

Na região Norte, de pequena população rural, o êxodo é muito influenciado pela Zona Franca de Manaus, pela urbanização e pelas péssimas condições de vida humana, no interior, grandes investimentos do governo, em hidrelétricas, vão acelerar a urbanização e o êxodo rural. O mesmo efeito deve ter o endurecimento das políticas contra o desmatamento (ALVES, SOUZA e MARRA, 2011, p. 83).

Isso permite fazer uma aproximação ao que foi absorvido durante a entrevistas com os moradores da comunidade Camurim. Durante as entrevistas não relataram a influência do empreendimento Belo Monte como causa da imigração dos sujeitos dessa localidade. Apenas foi feito uma breve relação com alguns jovens que foram trabalhar no empreendimento.

Fazendo uma análise com as palavras dos autores e a realidade dos moradores da comunidade Camurim observa-se que a questão das condições de vida humana no campo para o pequeno agricultor continua precária, uma vez que foi relatado sobre as dificuldades que encontram, como o acesso a saúde, transporte, etc. Além disso, argumentaram que a proibição da derrubada de matas foi outro motivo que influenciou na saída de alguns da comunidade Camurim.

8 Considerações Finais

O êxodo rural no município de Brasil Novo apresenta características que antecedem outras décadas. As transformações contemporâneas são fatores que atuam diretamente na mobilidade humana no sentido campo/cidade. A saída do pequeno agricultor brasilnovense do campo em busca de melhorias na cidade, afirma a dificuldade que persiste dessas pessoas de se manterem em suas atividades econômicas, haja visto que não há uma garantia de se manter como produtor rural, capaz de suprir suas necessidades básicas.

Os dados documentais apresentados mostraram que no município de Brasil Novo a população rural tem reduzido significativamente nos últimos dez anos. Por outro lado, observa-se que a população urbana obteve um acréscimo, embora no geral a estimativa populacional apresentada pelo IBGE é de que a população do município está diminuindo, o que nos remete afirmar que a população rural brasilnovense está migrando para outros municípios.

Um fator contribuinte para entendimento da dinâmica populacional rural e urbana do município de Brasil Novo está relacionado com a educação ofertada nas duas localidades, percebe-se que as escolas rurais desse município estão com o número de alunos reduzido. O contraste acontece na zona urbana, onde as escolas nessas localidades aumentam o seu número de alunos a cada ano, ainda que de forma lenta. Desta forma considera-se que a tendência populacional em Brasil Novo segue as mesmas características para os próximos anos.

A comunidade Camurim nos últimos anos reduziu significativamente o número de seus moradores. Da mesma forma, observa-se que os moradores do PA Penetecaua estão saindo do assentamento, visto que os dados documentais do INEP apresentam duas unidades escolares dentro do assentamento que foram fechadas por falta de alunos. A ausência de crianças nessas escolas está diretamente ligada com a diminuição dos moradores, haja vista que existia oferta do ensino fundamental maior e menor nessa localidade.

Observa-se que persiste na Amazônia a expropriação do pequeno agricultor por parte do capital, uma vez que na comunidade Camurim, de acordo com os relatos dos moradores, apenas os fazendeiros na localidade têm condições de manter com a sua produção ativa.

Entende-se assim que no processo do êxodo rural de Brasil Novo, o pequeno agricultor é o menos favorecido, seguindo a lógica da globalização avassaladora, aonde através de sua mobilidade para outras áreas, na maioria das vezes para áreas urbanas, o que acaba fazendo com que ocorra nas pequenas e médias cidades amazônicas uma migração campo/cidade.

Referências

ALVES, E.; SOUZA, G. da S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. São Paulo. **Política Agrícola**. Ano XX – n. 2. 2011, p. 80-88.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. São Paulo. **Estudos Avançados**. 2005, vol.19, n. 53, p. 71-86.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Brasília. **Parcerias Estratégicas**. 2001, n. 12, p. 135-139.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico** 2000. Tabela - População residente, por sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os Municípios, 2000. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa_pop.shtm>. Acesso em: 2 fev. 2018.

_____. **Censo demográfico** 2010. Sinopse do censo demográfico 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=11>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

____ **Censo Demográfico 2010: Sinopse do censo e resultados preliminares do universo**, 29 abr. 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13909/13909_7.PDF>. Acesso em: 12 fev. 2018.

____ **Estimativa de população**. Downloads, IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=downloads>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

BRASIL. INCRA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**, 1º abr. 2016. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

BRASIL. INEP. **Resultados e resumos**, 30 out. 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

DELGADO, L. de A. N. **História oral e narrativa, tempo, memória e identidades**. Belo Horizonte. Dossiê, nº 6, 2003, p. 9-25.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia paraense**. 2012, 160f. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da UNICAMP. Universidade de Campinas, Campinas.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. São Paulo. Estudos Avançados, 16 (45), 2002

MADEIRA, J. L.; SIMÕES, C. C. da S. Estimativas preliminares da população urbana e rural segundo as unidades da Federação de 1960/1980 por uma nova metodologia. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, n. 129, p. 3-11, jan./mar. 1972.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, 185p.

OLIVEIRA, E. B. S. de. Nova relação campo-cidade tendências do no rural brasileiro. **Geografia**. n. 37, mai/2011, p. 35-43.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2013.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. Boa Vista. **Textos & debates**, n. 7, 2001, pp. 22-43.

WESZ JUNIOR, V. J. et al. Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. São Luiz Gonzaga – **RS. SOBER**, 2006, pp. 1-12.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.